



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Sertão
PARECER JURÍDICO CONJUNTO

**PROCESSO LICITATÓRIO – DISPENSA DE
LICITAÇÃO – DFD N.º 015/2024 SMS – DFD N.º 023/2024 SMOV –
DFD N.º 029/2024 SMASC – DFD N.º 033/2024 SMECD E DFD N.º
006/2024 SMOV**

1. Tratam-se de processos licitatórios, na modalidade Dispensa de Licitação, com critério de julgamento, na forma e para a contratação dos objetos conforme contido nos Processos Licitatórios supra referidos.

As contratações pretendidas estão embasadas nos Documentos de Formalização de Demanda emitidos pela(s) Secretaria(s) solicitante(s), que deu(eram) origem aos Processos Licitatórios.

A fase preparatória dos presentes processos licitatórios foi instruída com estudo técnico preliminar, termo de referência ou projeto básico, definição das condições de execução e pagamento, orçamento estimado da futura contratação, bem como indicação da modalidade de licitação e critério de julgamento das propostas de preços.

Foram também juntados aos presentes processos demais documentos instrutórios a fim de embasar e justificar a pretensão administrativa em questão.

Vieram os autos para exame e Parecer, nos termos do art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021.

É o relatório.

2. Com efeito, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição da República, *“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento,*

Terras Das Altas Produtividades Agropecuárias

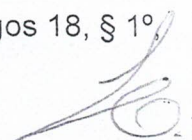
mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Trata-se do princípio constitucional do devido processo licitatório, aplicado no caso presente em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. Com efeito, verifica-se que os processos licitatórios sob exame têm por escopo a contratação dos objetos neles descritos, a fim de atender à demanda das Secretarias solicitantes, que deram início aos Processos Licitatórios, consoante motivações que declinam nos Estudos Técnico Preliminar e nos Termos de Referência, sendo que: (1) o DFD n.º 015/2024 SMS prevê a aquisição de um pulverizador costal, pelo valor estimado de R\$ 1.650,00; (2) o DFD n.º 023/2024 SMOV prevê a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de licenciamento ambiental para tubulação de curso de água em área urbana, pelo valor aproximando de R\$ 11.040,00; (3) o DFD n.º 029/2024 SMASC, prevê a aquisição de itens para compor o Kit Natalidade, pelo valor aproximado de R\$ 4.205,70; (4) o DFD n.º 033/2024 SMECD prevê a aquisição de um projetor, pelo valor aproximado de R\$ 3.974,00; e (5) o DFD n.º 006/2024 SMOV prevê a aquisição de tintas e solventes, pelo valor aproximado de R\$ 10.158,00.

4. As contratações estão previstas no Plano Anual de Contratações – PAC, com exceção do DFD n.º 029/2024, o qual, todavia, está devidamente justificado, estando, então, todas conforme previsto no Decreto Executivo Municipal nº 037/2023.

5. Foram elaborados Estudos Técnico Preliminar e Termos de Referência que atendem aos pressupostos legais ínsitos nos artigos 18, § 1º e 40, § 1º, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.



6. Os valores estimados das contratações são os também declinados nas pesquisas de preços realizadas, em consonância o disposto no art. 23, § 1º ou § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Executivo Municipal nº 037/2023.

7. A propósito, foi indicada a respectiva dotação orçamentária.

8. Consoante o disposto nos Estudos Técnico Preliminar, tem-se a pretensão da contratação por Dispensa de Licitação em todos os casos.

O art. 75 da Lei 14.133/21 prevê as hipóteses de dispensa de licitação.

No presente caso, entendemos se aplicar o disposto no inciso II do referido artigo:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

De se referir que o valor previsto neste inciso foi alterado para **R\$ 59.906,02** (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), nos termos do Decreto n.º 11.871/2023.

9. Tendo em vista a modalidade pretendida – Dispensa de Licitação, entendemos que atendidos os critérios legais para as presentes contratações, devendo ainda ser observadas as questões atinentes aos prazos de publicação e publicidade.

10. Os Termos de Referência, que servirão de base para a formulação dos Editais, estabelecem, em síntese, as condições para

